



O desenvolvimento do capitalismo industrial e a América Latina: Teoria Marxista da Dependência em perspectiva histórica

Igor Assoni Monteiro Silva¹
Francis Kanashiro Meneghetti²

Resumo

A América Latina, em sua constituição histórica, carrega as marcas do desenvolvimento do capitalismo. Do capitalismo mercantil ao modo de produção capitalista propriamente dito, o “novo mundo” serviu tanto como fonte de recursos para a fome europeia de bens primários para o comércio e, mais tarde, para a produção industrial como destino dos bens manufaturados, na fase da indústria capitalista após a metade do século XIX. Esse quadro configurou as relações de dominação, o “sentido da colonização” e a formação de uma “dialética da dependência” entre as nações capitalistas centrais e as economias periféricas formalmente independentes, porém realmente subordinadas àquelas. A proposta deste trabalho é percorrer os caminhos desses desenvolvimentos, a partir da Teoria Marxista da Dependência, captando as relações históricas concretas entre centro e periferia capitalistas, culminando com uma breve análise do importante papel de alguns intelectuais brasileiros para a compreensão do subdesenvolvimento por uma compreensão sui generis do materialismo histórico-dialético.

Palavras chave: Dialética da dependência, desenvolvimento industrial, América Latina.

El desarrollo del capitalismo industrial y América Latina: teoría marxista de la dependencia en perspectiva histórica

Resumen

América Latina, en su constitución histórica, lleva las marcas del desarrollo del capitalismo. De capitalismo mercantil al modo de producción capitalista, el "nuevo mundo" sirvió como una fuente de recursos para el hambre europeo de los bienes primarios para el comercio y, más tarde, para la producción industrial como el destino de los bienes manufacturados, en la etapa de la industria capitalista después de mediados del siglo XIX. Este marco estableció la dominación, el "sentido de colonización" y la formación de una "dialéctica de dependencia" entre las naciones capitalistas centrales y las economías periféricas formalmente independientes, pero en realidad subordinadas a ellas. Este trabajo intenta seguir los caminos de estos desarrollos, desde la teoría marxista de la dependencia, capturando las relaciones históricas concretas entre el centro capitalista y la periferia, culminando con un breve análisis del importante papel de algunos intelectuales brasileños para la comprensión del subdesarrollo por parte de una comprensión sui generis del materialismo histórico-dialéctico.

¹ Graduado em Licenciatura em Ciências Sociais – Unioeste. Mestre em Tecnologia e Sociedade - UTFPR - Conclusão em 2017. Doutorando em Tecnologia e Sociedade - Ingresso em 2017.

² Docente no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade - PPGTE/UTFPR.

Palabras llave: Dialéctica de la independencia, desarrollo industrial, America Latina.

The development of industrial capitalism and Latin America: Marxist theory of dependence in historical perspective

Summary

Latin America, in its historical constitution, bears the marks of the development of capitalism. From mercantile capitalism to the capitalist mode of production itself, the "new world" served as both a source of resources for the European hungry for primary goods for trade and, later, for industrial production as the destination of manufactured goods, at the stage of industry capitalist after the mid-nineteenth century. This framework settled the domination, the "sense of colonization" and the formation of a "dialectic of dependence" between the central capitalist nations and the peripheral economies formally independent, but actually subordinate to them. This work intends to follow the paths of these developments, from the Marxist Theory of Dependency, capturing the concrete historical relations between capitalist center and periphery, culminating with a brief analysis of the important role of some Brazilian intellectuals for the understanding of underdevelopment by a sui generis understanding of historical-dialectical materialism.

Key words: Dialectics of dependence, industrial development, Latin America.

Introdução

O desenvolvimento do modo de produção capitalista é um processo que se constitui pela integração de múltiplos movimentos. É o resultado de diferentes condições históricas de expressões sociais, econômicas, políticas, culturais que se manifestam em uma síntese aparentemente caótica, mas cujas bases são distinguíveis pelo estudo histórico de seus elementos constitutivos. Assim, o exame histórico-material do processo de formação do modo de produção capitalista não resulta apenas na construção de um quadro explicativo coerente, sintético da sociedade capitalista e de suas contradições inerentes expressas em um monolitismo universalizante. Mais que isso, tal exame proporciona a iluminação de aspectos e processos particulares e específicos assumidos pelas partes que compõem a totalidade abrangente, assim como permite a reflexão sobre as relações contraditórias entre essas partes.

É nesta perspectiva que se pretende desenvolver as reflexões em torno dos objetivos do presente artigo. O principal deles é a consideração do desenvolvimento do modo de produção capitalista a partir de uma perspectiva dialética entre centro e periferia do capitalismo. Mais especificamente, procurar-se-á compreender as relações não apenas de dependência, mas de mútua determinação entre o centro de irradiação do capitalismo, a Inglaterra, e a peri-

feria do sistema, particularmente a América Latina, demonstrando que esta desempenha um papel fundamental para o estabelecimento e desenvolvimento do primeiro.

Desta maneira, o caminho percorrido para a construção da análise compreenderá os principais processos de formação da relação exposta acima, os quais correspondem aos objetivos específicos deste trabalho. Assim, será abordado o processo de formação do capitalismo industrial como elemento central, em torno do qual orbita a dialética centro-periferia. Serão apontados aspectos essenciais que caracterizam as condições sócio-históricas tanto do centro quanto da periferia, e como elas confluem para o estabelecimento do capitalismo industrial na Inglaterra, assim como para sua consolidação como nação manufatureira exportadora. Será exposta uma linha de raciocínio que compreende a passagem do capitalismo mercantil para o capitalismo industrial e as condições proporcionadas pela manutenção do domínio econômico sobre a América Latina nesse processo. Permitindo-se uma metáfora, pode-se afirmar que se a Inglaterra abrigou o potente motor de desenvolvimento da economia capitalista industrial, a América Latina, juntamente com as colônias britânicas e outras “zonas de influência”, proporcionou o combustível e os lubrificantes necessários para colocar em movimento as engrenagens da geração de mais-valor no âmbito da produção.

Este trabalho tem, reconhecidos os seus limites, a intenção de destacar os aspectos históricos e materiais da formação do ciclo do capital na economia dependente (MARINI, 2012) em sua dialética centro-periferia.

O ciclo do capital, o desenvolvimento da produção capitalista e a dependência da América Latina

O ciclo do capital foi expresso por Marx (2014), em *O Capital, Livro 2*, como um processo de valorização, ou seja, como valor que gera mais-valor. Em sua exposição, o pensador alemão apresenta esse processo em uma fórmula, da qual Ruy Mauro Marini (2012), em 1979, fará uso para demonstrar o *Ciclo do capital na economia dependente*, título de seu texto. É a partir da contribuição desses dois autores, tão distantes no tempo quanto próximos teórica e politicamente, que serão construídas as reflexões nesta seção. Desta maneira, aqui será feita uma exposição do ciclo do capital a partir da contribuição de Marx (2014) e da continuidade de seu método dada por Marini (2012) do ponto de vista latino-americano. Por esta via, acredita-se, será possível compreender as motivações e interrelações históricas entre periferia e centro capitalista.

A fórmula a que nos referimos acima é a seguinte: $D - M (T + Mp) \dots P \dots M' - D'$ (MARX, 2014). No esquema exposto, Marx demonstra que, no fim do ciclo, existe algo a mais que no começo, isto é, que um valor adicional “surgiu” além do valor inicial pela influência de alguma potência criadora. Essa é a fórmula seguida também por Marini, como se aludiu acima. No entanto, o objetivo do presente trabalho não é apontar as influências entre autores clássicos, mas sim demonstrar como podemos nos servir de suas contribuições para a compreensão de uma realidade e para a possibilidade de se pensar vias de superação das relações de exploração e dominação do homem pelo homem e de seus reflexos homólogos nas relações entre nações. Assim, é preciso que se aponte não apenas o significado de cada elemento da fórmula, mas as relações internas e externas de cada um desses elementos, assim como as condições de existência de cada um desses elementos e como a realidade histórico-concreta - o modo de produção capitalista - se apresenta como síntese e suas categorias se expressam como modos de existência do real.

Em uma explicação bastante sumária do modelo do ciclo do capital, pode-se dizer que ele expressa a ideia de que *capital* é valor que se valoriza a si mesmo, em um movimento no qual o valor se conserva não apenas como valor, mas ao mesmo tempo cresce, multiplica-se, aumenta como grandeza de valor (MARX, 2010). Para que isso ocorra, o possuidor de dinheiro, o capitalista, (representante do valor inicial, D), deve acorrer ao mercado e adquirir as mercadorias indispensáveis para colocar em movimento a produção de bens que carreguem o mais-valor, isto é, M' . Assim, D, uma quantidade de valor expressa na forma-dinheiro, é trocada pelas mercadorias *meios de produção* (Mp) e *força de trabalho* (T). Forma-se, assim, o momento da produção (P), quando o capital-dinheiro, intercambiado por Mp e T , se metamorfoseia em capital produtivo. Este é o momento em que o “valor por ele [o capitalista] adiantado na forma-dinheiro encontra-se agora, portanto, numa forma natural, em que ele, como valor preme de mais-valor (na forma de mercadoria) pode ser realizado” (MARX, 2014, p. 110). O último estágio ($M' - D'$) é o momento da realização do valor, da troca das mercadorias produzidas no momento da produção (P) por dinheiro, agora em uma forma aumentada, daí D' .

Lançando luzes sobre $D - M$, tem-se P como resultado. O momento $D - M$ possui um caráter especial, importantíssimo para a discussão proposta neste artigo. Que caráter é esse? Marx (2014, p. 111) afirma que

$D - T$ é o “momento característico da transformação de capital monetário em capital produtivo, pois é a condição essencial para que o valor adiantado em forma-dinheiro se realize em capital, ou seja, *transforme-se em valor que*

produz mais-valor. D – Mp é necessário apenas para realizar a massa de trabalho comprada mediante D – T (itálicos meus)”

Assim, tem-se que o momento essencial do modo de produção capitalista é, justamente, a esfera da produção, pois é nela que ocorre a metamorfose dos objetos e a produção de mais-valor. No entanto a resposta à pergunta feita acima não está completamente respondida se não se explica por que é T a “condição essencial” da produção de mais-valor. A resposta se completa demonstrando que é *a condição de existência da força de trabalho enquanto mercadoria* que permite que a uma quantidade de valor seja adicionada outra, por meio do uso e da transformação dos meios de produção (Mp). Para Marx (2014, p. 113), “o característico não é que a mercadoria *força de trabalho* seja comprável, mas que *a força de trabalho apareça como mercadoria*” (itálicos meus). Assim, é um longo processo histórico, condicionado por diversos fatores, que transformam as bases materiais da sociedade e separam e tornam antagônicas as condições de realização do processo de trabalho social, isto é, que apartam sujeito e objeto do processo de trabalho³, a força de trabalho e os meios de produção.

Assim, para que exista a característica essencial do processo de trabalho no modo de produção capitalista – a compra de força de trabalho – é necessário um pressuposto. Este pressuposto é exatamente a separação – dada antes da venda da capacidade de trabalho – do trabalhador em relação às condições objetivas em que o trabalhador pode fazer atuar sua força de trabalho, que ele possa trabalhar. A função do dinheiro (funcionando como capital monetário, mas metamorfoseando-se em capital produtivo), no momento D – T, portanto, é a de fazer com que essa separação seja suprimida, fazer com que o trabalhador possa entrar no processo de trabalho na relação correspondente às condições objetivas de seu trabalho, isto é, como mercadoria (MARX, 2010).

O caráter assumido nesta relação é, como se disse acima, necessariamente de antagonismo. E trata-se de um *antagonismo de classes*, com todas as implicações sociais e políticas conhecidas na história moderna. Assim, esta relação antagônica consiste em que os meios de produção aparecem diante da força de trabalho como propriedade alheia. Assim, diz Marx (2010, p. 113), “a *relação de classe* entre capitalista e assalariado já está dada, pressuposta, no momento em que os dois se confrontam” (itálicos meus). Embora ambos, força de trabalho e

³O processo de trabalho entendido em seu sentido universal, isto é, abstraído das determinidades históricas e sociais. Ou seja, como “trabalho real, na medida em que cria valores de uso e é apropriação do elemento natural para necessidades humanas, sejam essas necessidades as necessidades da produção, sejam do consumo individual, é condição geral do metabolismo entre natureza e homem e, como tal, condição natural da vida humana independente de todas as suas formas sociais determinadas e igualmente comum a todas elas” (MARX, 2010, p. 77).

meios de produção, sejam mercadoria, o que diferencia uma da outra é que se trata de compra e venda, em que o comprador é pressuposto como capitalista e o vendedor como trabalhador assalariado (cuja única mercadoria de que dispõe para entrar na relação é a sua força de trabalho), e que se baseia no fato de que as condições necessárias à realização da força de trabalho – meios de subsistência e meios de produção – estarem separadas, como propriedade alheia, do possuidor da força de trabalho (MARX, 2014). Trata-se, portanto, de uma relação em que todos os meios de vida do trabalhador aparecem diante dele como *potências autônomas e estranhas* (MARX, 2010) que o compelem a vender sua força de trabalho para realizar suas próprias condições de vida. Nas palavras de Marx:

Segundo os dois lados, as condições objetivas do trabalho são aí, portanto, resultado do trabalho mesmo, *sua própria objetivação*, e é esta própria objetivação, ela mesma como seu resultado, que o confronta [ao trabalhador] como *potência estranha*, como *potência autônoma* em oposição à qual ele sempre se defronta novamente como mera capacidade de trabalho, na mesma carência da objetividade (MARX, 2010, p. 127).

Convém, então, compreendermos o movimento histórico de separação das condições objetivas e subjetivas do processo de trabalho. O processo de formação da relação capital-trabalho é longo e complexo, cuja completude e consequências maiores se darão de forma mais evidente no século XIX. Assim, aqui serão lançadas as luzes sobre o movimento mais geral de tal processo, deixando claro que se trata da forma assumida na Europa ocidental.

No que concerne a esse processo, Dobb (1983), em *a Evolução do capitalismo*, oferece uma descrição histórica bastante precisa. Sua análise demonstra o vínculo existente entre a evolução do capital mercantil e o crescimento do poder político da burguesia mercantil sobre as classes dominantes feudais em processo de arruinamento. Mais importante que isso, no entanto (pois é o que confere ao mundo moderno sua característica e conflitos fundamentais), é que essa burguesia se torna, mais tarde, a força social que a submete a si as demais classes sociais quando o capital, enfim, se apodera do trabalho social e passa a determinar a forma como ele é realizado na sua essência, ou seja, nas suas motivações e nos seus resultados.

Assim, o capital mercantil avança, ao longo dos séculos XVI ao XVIII, sobre a esfera da produção. Ele o faz como consequência de dois movimentos diferentes, mas inter-relacionados: primeiro, como consequência das suas lutas para destruir as regulamentações artesanais e, depois, como resultado da acumulação capitalista primitiva possibilitada pelo comércio exterior, com a força econômica dominante da Inglaterra.

Dobb (1983) elenca diversos caminhos trilhados pelo capital para chegar à completa subordinação do trabalho. Em alguns casos, observa-se o crescente domínio de um elemento

puramente mercantil sobre o artesanato, inclusive pela construção de monopólios comerciais de organizações mercantis que submetiam ou mesmo absorviam as organizações artesanais, destruindo suas regulamentações tradicionais, baseadas muitas vezes no costume (THOMPSON, 1998) como se disse acima. Em outros casos, o elemento puramente mercantil surge das próprias organizações artesanais, separando-se, autonomizando-se e se especializando nas artes do comércio. Nestes casos, constitui-se a Livery que domina “tanto a guilda como o elemento artesanal que ocupava os postos mais baixos da companhia” (DOBB, 1983, p. 90). Há, ainda, situações notáveis pela novidade do ramo de produção, surgido já em bases técnicas completamente novas, marcadas pelo uso das invenções então recentes, que exigiam um volume alto de capital, inacessível ao artesanato e muito acima das suas capacidades de investimento. Nesses setores, “as empresas eram fundadas por homens e iniciativas que se associavam ou reuniam ações, começando a empregar trabalho assalariado em escala considerável” (DOBB, 1983, p. 90).

Há que se mencionar ainda as transformações ocorridas na agricultura da Europa Ocidental. Grosso modo, o uso capitalista da terra culminou no cercamento de grandes áreas para a formação de pastagens para as ovelhas que forneciam a matéria-prima da indústria têxtil – principal produto do comércio britânico. O resultado disso foi a expropriação e expulsão de uma massa de camponeses que formariam em seguida as fileiras do proletariado urbano e rural, “conseguindo emprego quando tinha sorte e sendo flagelado pela crueldade da Lei dos Pobres quando a sorte não lhe sorria” (DOBB, 1983, p. 90).

Assim, tem-se a ideia geral de apenas uma parte do processo de formação das relações entre capital e trabalho, a saber, a da subordinação deste àquele por meio do assalariamento. Como se apontou anteriormente, esse devir reconfigurou a totalidade do ser social, pois quando a subordinação do trabalho ao capital tomou a forma de controle deste sobre aquele, o próprio caráter da produção da vida material foi modificado radicalmente. O mercador, agora mais próximo da figura de um fabricante, “não se beneficiava simplesmente com o modo de produção existente e aumentava a pressão econômica sobre os produtores, mas mudando o modo de produção, aumentava a sua produtividade” (DOBB, 1983, p. 93). Abrem-se, assim, as portas da revolução industrial e do salto tecnológico observado na produção com o emprego da maquinaria a partir do século XVIII.

É no interior desse movimento que se forma e cresce o proletariado moderno, um dos pontos centrais de nossa discussão. Dobb (1983) identifica dois caminhos pelos quais o proletariado se forma, com mais força, entre os séculos XVII e XIX. O primeiro deles são os já destacados cercamentos de áreas comunais que forçaram o campesinato a se deslocar, não

sem resistência, aos centros urbanos industriais onde passaram a compor a força de trabalho de uma embrionária indústria. O outro caminho que conduz à formação e crescimento do proletariado industrial é o da diferenciação de classes surgida no interior do próprio artesanato. Nesse caso, algumas atividades, como a mineração, se viram liberadas das restrições das guildas e passaram a funcionar sob os domínios do capital propriamente dito. Assim, aqueles que, por algum meio ou por outro tivessem capital acumulado, adquiriam direitos de exploração mineral. Estes “investidores” controlavam o acesso dos artesãos aos mercados de venda e de matérias-primas, tornando-os dependentes do capitalista. Um dos exemplos utilizados por Dobb (1983) para ilustrar essa via é o dos proprietários de fundições que passam a empregar mineiros como assalariados. Desse modo, aqueles que cresciam em termos capitalistas podiam, por um lado, se reproduzir como tal, melhorando suas técnicas e acessando mercados mais vantajosos, e, por outro, passar a empregar cada vez mais mão-de-obra assalariada. E o mesmo autor afirma que no final do século XVII a subordinação do mineiro artesanal ao capital do proprietário da fundição já se mostra completa (DOBB, 1983).

Este é o caminho histórico pelo qual força de trabalho e meios de produção tomam a forma de mercadorias e passam a funcionar como meios exclusivamente orientados à produção de mercadorias⁴. É quando, então, a atividade produtiva humana cai definitivamente sob um comando exercido por uma força completamente estranha a si, o capital. A disciplina do método, do ritmo, do tempo, do comportamento, etc. é imposta sob o trabalhador, implodindo a organização produtiva precedente, cujo “padrão de trabalho sempre alternava momentos de atividade intensa e de ociosidade quando os homens detinham o controle sua vida produtiva” (THOMPSON, 1998, p. 282). É o processo histórico pelo qual invertem-se os polos subjetivo e objetivo do processo de trabalho, ou seja, “*não é o trabalho que emprega o capital* (entendidos como meios de produção), *é o capital que emprega o trabalho* (MARX, 2010, p. 109) e que se torna o comandante do processo (MARX, 2010)⁵.

Após essa limitada descrição do provável e complexo caminho de construção das relações entre capital e trabalho e das bases de seu antagonismo, estamos ainda a meio caminho

⁴ “Os produtos saem do processo de trabalho como mercadorias porque entram nele como mercadorias” (MARX, 2010, p. 94)

⁵ “A posição social de comprador e vendedor se modifica no processo de produção mesmo. O comprador se torna o comandante do vendedor na medida em que este entra no processo de consumo do comprador com sua pessoa como trabalhador. Mais do que um simples processo de troca, ele se torna uma relação de dominação e servidão que, no entanto, distingue-se de todas as outras relações históricas desse tipo pelo fato de que ele decorre apenas da natureza da mercadoria que o vendedor vende, de que essa relação origina, portanto, somente de compra e venda, do comportamento de ambas as partes como possuidoras de mercadorias, de que, portanto, *ela novamente inclui, em si e para si, relações políticas*, etc.” (MARX, 2010, p. 120 – itálicos meus)

dos objetivos propostos para a discussão neste trabalho. Acercamo-nos deles pela consideração das possibilidades abertas pelas relações comerciais estabelecidas no período do capitalismo mercantil para solidificação da Inglaterra como importadora de bens primários e exportadora de bens manufaturados, sobretudo a partir da década de 1840. Nesse cenário das relações entre centro capitalista e periferia do sistema mundial do capital, a América Latina se apresenta como ator fundamental, embora numa posição subordinada. Trata-se, assim, de uma relação dialética, de mútua dependência e determinação, na qual prevalece a dominância do polo capitalista central. Do ponto de vista da periferia capitalista latino-americana, sua economia apresenta peculiaridades concretas, que não podem ser compreendidas sem a consideração da sua inserção na totalidade do desenvolvimento capitalista de um lugar e de um tempo específicos (MARINI, 2015).

É no bojo da Teoria Marxista da Dependência que se elaborarão as reflexões a partir daqui, tendo como base as reflexões de Ruy Mauro Marini, que foi sem dúvida um de seus principais formuladores. Marini (2015, p. 110) diz que, “forjada ao calor da expansão comercial promovida no século XVI pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capital internacional”. Enquanto a Revolução Industrial varre as relações de produção tradicionais na Europa, especialmente na Inglaterra, a América Latina se desenvolve como um dos sustentáculos desse processo, preparado pelo tecido demográfico e administrativo coloniais (MARINI, 2015). Assim, os países da região, em processo de independência, passam a gravitar em torno da Inglaterra, pela constituição de um capitalismo *sui generis* pautado na exportação de bens primários em troca de bens manufaturados e de dívidas na forma de empréstimos feitos no afã do progresso material das ex-colônias. Trata-se, portanto, de um contexto no qual se configura a divisão internacional do trabalho que sustentará uma relação definidora do curso do desenvolvimento dos países latino-americanos. É uma relação de dependência⁶, construída e mantida por diversos meios (principalmente econômicos, mas também políticos) para que atenda aos interesses do motor do capitalismo industrial: a Inglaterra.

A dependência econômica da América Latina torna possível uma virada histórica de vital importância para o desenvolvimento industrial britânico, tão importante que “a criação da grande indústria ter-se-ia visto obstaculizada se não houvesse contado com os países dependentes” (MARINI, 2015, p. 113). Mas, como os países dependentes, especialmente da

⁶ Dependência, para Marini, “é uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, na qual as relações de produção das nações subordinadas são recriadas ou modificadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2015, p. 111);

América Latina permitiram o desenvolvimento do capitalismo industrial britânico? Isso foi possível pelos seguintes aspectos: em primeiro lugar, pela disponibilidade de matérias-primas para produção de bens manufaturados, e, em segundo lugar, pelo fornecimento de abundantes recursos agropecuários que permitiram baixar o valor da força de trabalho e, assim, a formação do proletariado urbano. Esses dois fatores, juntos, estabelecem a especialização da Inglaterra como produtora de bens manufaturados – pela existência de condições sócio-históricas fundamentais para o desenvolvimento capitalista industrial - e da América Latina como mercado consumidor de bens manufaturados e fornecedora de bens-salário e matérias-primas ao mercado mundial.

A produção de matérias-primas para o desenvolvimento industrial dos países centrais é o conteúdo definidor do papel da América Latina na economia internacional dependente. Tal posição, como se disse, é o que permite o desenvolvimento industrial dos países centrais. No centro desse processo está o fator que lança a produção capitalista a um patamar revolucionário de acumulação: a passagem da produção de mais-valor absoluto para a produção de mais-valor relativo (ou pelo menos o aumento de sua escala). O ponto de convergência do desenvolvimento capitalista central com os fatores oferecidos pelas economias dependentes é o do incremento da técnica somado à abundante disponibilidade das matérias-primas que compõem as mercadorias necessárias à subsistência do proletariado urbano europeu. Ou seja, enquanto o incremento da técnica pelo desenvolvimento das forças produtivas faz aumentar a produtividade do trabalho social, o barateamento dos bens que compõem os bens-salários da força de trabalho permite a redução da quantidade gasta em capital variável e aumento do capital constante, da capacidade produtiva e da acumulação de capital (o que também origina as crises de super-produção e acumulação, que, no entanto, estão fora de questão neste trabalho). O que está em jogo, portanto, é a redução do tempo de trabalho necessário e a dilatação do mais-trabalho, aspecto fundamental da produção de valor na forma capitalista.

Na base das relações entre a economia capitalista central e periférica, está o que Marini (2015) chama de “o segredo do intercâmbio desigual”. Tal segredo se define pelo fato de que a divisão internacional do trabalho, que ditou “os sentidos da colonização”⁷ da América Latina, mas cujo sentido adquire novo conteúdo na transição para a economia exportadora, permite a já aludida especialização de algumas nações como produtoras de bens primários e de outras como produtoras de bens manufaturados. O intercâmbio ocorrente entre as duas

⁷ A colonização das Américas foi uma “atividade que integrou um novo continente na sua órbita (da Europa Ocidental), paralelamente aliás ao que se realizava, embora em moldes diversos, em outros continentes: a África e a Ásia. Processo que acabaria por integrar o Universo todo em uma nova ordem, que é a do mundo moderno, em que a Europa, ou antes, a sua civilização, se estenderia dominadora por toda parte (Prado Júnior, 2011, p. 17).

nações é desigual, e seu segredo reside no fato de que as primeiras produzem a baixo preço e as últimas obtêm maiores lucros nas suas transações, pois tiram proveito da produção de mais-valor relativo.

Porém, o que é que ocorre na periferia capitalista que lhe confere o seu caráter *sui generis*? Com base em Marini (2015), pode-se responder que, entre outras coisas, é a *super-exploração do trabalho*. A super-exploração do trabalho decorre do fato de que os capitalistas da nação exportadora periférica precisam recorrer a certos meios para aumentar seus lucros, entre os quais: i) o aumento da exploração da força de trabalho pela maior intensidade do trabalho nas jornadas, sem aumento da sua capacidade produtiva; ii) a extensão da jornada de trabalho, ou seja, a dependência da extração de mais-trabalho na forma de mais-valor absoluto; e, iii) a redução da capacidade de consumo dos/as trabalhadores/as, mediante remuneração inferior ao valor de sua força de trabalho e aquém das necessidades de sua reprodução enquanto tal. Assim, a economia dependente se insere na economia capitalista mundializada justamente por esse seu caráter particular, baseado nos seguintes aspectos: baixo desenvolvimento das forças produtivas, formas de superexploração do trabalho, associados à especificidade das atividades produtivas desenvolvidas nos países da América Latina.

Vê-se, portanto, que o modo de produção capitalista é uma totalidade complexa. Sua complexidade significa justamente a dialética de seus elementos constitutivos, em qualquer que seja a escala de análise. O presente trabalho buscou, assim, fazer um percurso em que diversos níveis dessa totalidade pudessem ser percebidos, ainda que em linhas muito gerais. Espera-se que os objetivos propostos no início do texto tenham sido atingidos. Porém, reconhecidos os riscos contidos em tal feito, podem ser importantes alguns comentários sobre dois aspectos: um a respeito da genial contribuição da intelectualidade brasileira na crítica de modelos eurocêntricos, especialmente a da Teoria Marxista da Dependência, e outro, como conclusão, sobre a o caráter de uma economia dependente desenvolvida, no século XX, baseado também na genial contribuição de Marini.

A contribuição de alguns intelectuais marxistas brasileiros foi fundamental para uma leitura inovadora da sociedade brasileira, não apenas quanto à interpretação da realidade, mas também quanto ao desvencilhar-se de modelos rígidos e “fiéis” ao marxismo dito ortodoxo. É interessante notar que o termo “ortodoxo” possui uma ambiguidade dentro do próprio marxismo. Enquanto muitos o associam à rigidez do marxismo-leninismo difundido pela hegemonia da União Soviética sobre o movimento comunista internacional, é o próprio Marini, em *A dialética da dependência* (2015, p. 110) quem diz que “o rigor conceitual e metodológico” significa, “em última instância a ortodoxia marxista. Qualquer limitação ao processo de inves-

tigação daí derivado não tem nada a ver com a ortodoxia, mas somente com o dogmatismo”. Assim, em sua discussão inicial do referido texto, o autor se coloca em franco debate com duas posições teórico-metodológicas: i) aquelas que aplicam os conceitos do desenvolvimento capitalista “clássico” europeu à “realidade rebelde” das particularidades da América Latina, ou seja, que tomam o específico como geral, ou ainda interpretam a realidade concreta através de conceitos abstratamente rígidos; e, ii) aquelas que recorrem a um ecletismo teórico, que buscam associar uma leitura marxista a outros métodos, mas cujo resultado é a desfiguração do materialismo histórico-dialético. É contra essas duas posições que Marini reivindica sua noção de ortodoxia marxista, e inaugura uma das mais potentes vias de interpretação da sociedade brasileira e latino-americana.

Porém, esta é uma ortodoxia lúcida, que guarda uma ligação com as leituras de *O Capital* de Marx feitas por uma cepa de intelectuais acadêmicos brasileiros do fim dos anos 1950. A realidade brasileira passava a ser vista pelo rigor da obra de Marx, evitando-se esquematismos prontos, mas procurando ligar os pontos entre os dois termos: teoria e realidade social. Schwarz (2017, p. 24) descreve a situação nos seguintes termos: “a conceituação e os esquemas marxistas estavam entrando em contato com as formas locais de sociabilidade e dominação, características de nosso chamado atraso histórico e da peculiaridade de nossa fisionomia social de ex-colônia”. Era o momento em que o pensamento marxista buscava entender a configuração das relações sociais particularmente brasileiras e cujo conteúdo era completamente diferente da evolução “clássica” da sociedade burguesa – isto é, aquela “realidade rebelde” que aparentemente repelia as categorias econômicas, filosóficas e políticas de Marx. Assim, as alternativas que se colocavam àqueles investigadores eram as seguintes: “dispensar o marxismo, porque ele não coincidia com os fatos brasileiros, ou dispensar os fatos, porque eles não coincidiam com o marxismo” (SCHWARZ, 2017, p. 24). Tudo aqui era diferente: a burguesia, o proletariado, exceto o capital, mas mesmo este manifestava fenômenos que não se manifestavam no centro capitalista. A inovação do “marxismo à brasileira” foi, então, a de não escolher nenhuma daquelas alternativas, mas “reter os dois termos, entendendo os descompassos como realidades históricas importantes elas mesmas” (SCHWARZ, 2017, p. 25). Essa posição mantida firmemente pelos estudiosos de Marx de então resultaria, segundo Schwarz (2017), na Teoria da Dependência e esta seria, segundo sua opinião, o resultado mais profícuo daquelas leituras. Para este autor, a principal contribuição dessa nova forma de pensar foi a percepção de que “as marcas clássicas do atraso brasileiro não devem ser consideradas como traços de um quintal do mundo, e sim como parte integrante da reprodução da soci-

idade moderna no seu conjunto, ou seja, como indicativo de uma forma perversa do progresso”(SCHWARZ, 2017, p. 25).

Na parte seguinte deste trabalho serão feitos os últimos apontamentos da forma tomada pelo capitalismo dependente na América Latina no século XX. Assim, se completará a análise proposta no artigo com a contribuição do pensamento de Marini na teorização do Ciclo do Capital na Economia Dependente.

Conclusão – o ciclo do capital dependente na América Latina no século XX

Dissemos nas considerações iniciais deste trabalho que Marini, criativamente, parte da fórmula emprestada por Marx no Livro II de *O Capital*. Sua análise do *ciclo do capital na economia dependente* centra-se nos *aspectos diferenciais* que esta assume em relação aos países centrais e ao papel que ela assume no mercado mundial no início do século XX. Enquanto esta se apresenta como uma economia voltada essencialmente para a *exportação de bens primários*, a economia dependente à qual se direciona sua análise, a partir do texto *O ciclo do capital na economia dependente* e que tomamos como base nas reflexões a seguir, se configura pela *orientação ao mercado interno*.

Assim, o autor percorre o caminho do ciclo do capital da maneira como fez Marx, cuja síntese se expressa pela fórmula D-M... P...M'-D'. Marini observará, então, as particularidades do ciclo do capital na economia dependente a partir da ótica marxiana ortodoxa, entendida nos seus termos. Ele expõe, também de maneira preliminar, a *importância do dinheiro e da produção na economia dependente*. Estas considerações se fazem importante porquanto o dinheiro é a forma inicial e também a final do ciclo do capital. No entanto, o dinheiro que inicia o ciclo sofre uma transformação qualitativa e quantitativa durante o processo de valorização, que ocorre somente no momento da produção. Assim, “o dinheiro é valor que pare valor” (MARX, 2014), mas somente pela força do momento da produção, que é posto em movimento somente pela conjugação das forças objetivas e subjetivas do processo de trabalho: os meios de produção e a força de trabalho, como já se disse.

Na economia dependente este ciclo do capital apresenta particularidades, as quais Marini explora. Assim, a proposta de Marini é compreender a configuração destas particularidades, ou seja, como se constitui cada momento do ciclo, suas origens e determinações, as determinações internas de cada momento e suas determinações recíprocas que moldam o fenômeno da economia dependente, cujas formas sociais, culturais, políticas, etc. se manifestam no cotidiano da periferia do capitalismo.

O ponto de partida da análise do ciclo do capital é a esfera da circulação de mercadorias, caracterizada como Circulação 1 (C1). Vimos que é nela onde se encontram os valores, como mercadorias, necessários ao processo de produção e valorização do capital, a saber, os meios de produção e a força de trabalho. Cumpre, assim, analisar as origens da soma de valor, do capital-dinheiro, que “aparecem” no mercado para a compra dos elementos necessários à produção. Quais são, então, as origens do dinheiro no ciclo do capital na economia dependente? Marini (2012) expõe que, *em primeiro lugar, o capital privado interno* (seja sua propriedade jurídica nacional ou estrangeira), que é produto da mais-valia gerada na produção e reinvestida na produção nacional. *A segunda origem é a que advém do Estado*, na forma dos investimentos públicos, os quais têm um peso considerável na economia dependente (60% na formação de capital fixo em 1969). *O terceiro aspecto quanto à origem do capital diz respeito ao capital estrangeiro*, que se mostra sob as formas direta ou indireta. Na América Latina, sobretudo nos países mais industrializados como México e Brasil, *a forma indireta predomina* a partir da década de 1970. Essa condição do capital produtivo imprime a seguinte particularidade: a mais-valia produzida no processo de produção precisa ser utilizada para amortizar os empréstimos e pagar juros ao capital original, sem que este tenha que assumir os custos e riscos da produção.

Assim, o capital estrangeiro *se integra e determina* o movimento do capital na economia dependente. *Ele não é, sob este aspecto, uma força auxiliar ao desenvolvimento da economia dependente, mas um efetivo veículo da dominação econômica dos países capitalistas centrais.* Além disso, Marini (2012) destaca que os investimentos indiretos consistem em uma *restituição* do capital diretamente investido nas economias dependentes nas décadas anteriores. Ou seja, a formas de remuneração específica desta categoria de investimento são os lucros, juros e *royalties*.

O que se observa, portanto, é uma fuga do capital estrangeiro (porém gerado no país dependente), de maneira que ele precise voltar ao seu ponto de origem para reiniciar novos ciclos, seja sob a forma de mais-valia ou de juros, se o investimento for direto ou indireto, respectivamente. A mais-valia, qualquer que seja sua forma, é *transferida* ao exterior. Ou então, quando parte da mais-valia é reinvestida na produção nacional, “o capital produtivo dali resultante é contabilizado como capital estrangeiro, embora tenha sido gerado com base na mais-valia criada no país” (MARINI, 2012, p. 26). Desta maneira, o ciclo do capital na economia dependente está integrado ao capital estrangeiro, que é internalizado no capitalismo periférico, e determinado pelas suas influências e está amplamente suscetível também à influência do Estado.

A respeito do processo C1, como se dá a aquisição dos meios de produção e de força de trabalho? Marini (2012) explica que o grosso da força de trabalho é constituído pela classe operária nacional, enquanto os meios de produção são adquiridos no mercado nacional e internacional. No entanto, há uma diferença fundamental no interior do elemento “meios de produção”. A diferença reside no seguinte fato: uma parte do capital estrangeiro que se destina a formação de capital produtivo no país dependente é utilizada para a compra de instalações, maquinaria, matérias-primas, etc. que podem ser encontradas no próprio país onde ocorre a produção; outra parte tem como destino o *mercado internacional de bens de capital*, já que o país dependente é tecnologicamente carente em maquinaria e outros meios de produção. Para Marini (2012), esta é a característica fundamental das economias capitalistas dependentes: *o fato de que este movimento se agudiza na periferia capitalista devido à sua posição de país dependente de recursos estrangeiros, que passam a determinar seu ciclo do capital.*

A industrialização tardia da periferia capitalista, segundo Marini (2012), é outro fator que explica a dependência dos países latino-americanos. A oferta internacional de bens de produção fez prolongar a produção de bens de consumo, de maneira diferente do que ocorreu nos países capitalistas centrais, que Marini caracteriza como industrialização orgânica. Esta seria uma característica segundo a qual a produção de bens de primeira necessidade, como os artigos têxteis, estimulou a produção de bens de capital. Esta, por sua vez, se transformou em um ramo produtivo particular, cujos produtos se disponibilizaram no mercado mundial e foram empregados na industrialização dos países onde não havia um setor dinâmico de bens de capital. Assim, no que se refere à aquisição dos meios de produção pelos países da periferia capitalista, a dependência se caracteriza não só pela origem do capital-dinheiro que se transformará em capital produtivo, mas se apresenta neste também. Em outras palavras, parte do capital produtivo – os meios de produção – revela uma forma de dependência que é tanto material quanto tecnológica. O que caracteriza a fase C1, portanto, é que “essa circulação encontra-se parcialmente centrada no exterior, tanto no que se refere ao capital dinheiro como no que diz respeito ao capital mercadoria” (MARINI, 2012, p. 28).

Os elementos adquiridos em C1 se transformam em P, ou seja, o capital produtivo. Este é a união dos elementos de C1 para a valorização da soma de capital-dinheiro, ou seja, a geração de mais-valia através da união da força de trabalho com os meios de produção. Como se configura o processo de produção, determinado pelas características de C1 específicas da economia capitalista, é o passo seguinte da análise de Marini (2012).

Os efeitos sobre a produção se dão no âmbito da concorrência entre os capitais individuais. Mais precisamente, entre o desnível tecnológico entre os capitais produtivos. As *tec-*

nologias produtivas adquiridas no exterior, por permitirem uma maior produtividade do trabalho, concedem um lucro extraordinário ao capitalista que as emprega. Este lucro é produto do rebaixamento do valor de suas mercadorias, que mesmo vendidas pelo preço vigente no mercado, aumenta a faixa do produto total correspondente ao mais-valor. Os resultados desse movimento são os seguintes: *monopólio tecnológico crescente da empresa cuja maquinaria é mais produtiva* (e, devido a este monopólio, ela sempre estará à frente das outras, por mais que estas busquem acompanhar o desenvolvimento tecnológico-produtivo); concentração do capital, proporcionada pela mais-valia extraordinária; e superexploração do trabalho.

Este último aspecto é de grande importância para o pensamento de Marini (2012) e merece uma consideração mais demorada, pois se trata aqui de um desdobramento da superexploração do trabalho vista acima. Como se dá o mecanismo da superexploração dos trabalhadores nesse contexto? Se dá, em um primeiro momento, no bojo da concorrência entre as empresas tecnologicamente superiores e as de pequeno e médio porte. O lucro extraordinário das primeiras força as últimas a intensificar o trabalho, aumentar a jornada, ou então remunerar a força de trabalho abaixo do seu valor em reação à “sangria crescente de sua mais-valia” (MARINI, 2012, p. 30). Em tal contexto, na medida em que estas características se tornam as condições de produção médias, os grandes capitais também passam a se beneficiar da superexploração do trabalho. E, mais que isso, seu poder aumenta cada vez mais sobre o pequeno e médio capital, fortalecendo assim a monopolização e concentração do capital. É, portanto, um ciclo que premia os grandes capitais, dado que não apenas a economia em capital variável está a seu favor, mas que por isso mesmo, todos os insumos produtivos têm seus preços reduzidos, culminando em menores custos de produção e taxas de mais-valia mais generosas para si.

Há, ainda, outro aspecto incidente sobre a força de trabalho, cuja origem está nas relações de produção específicas da economia dependente, a saber, o poder que a burguesia como classe exerce sobre a classe trabalhadora. A introdução de novas técnicas produtivas faz crescer o exército industrial de reserva, uma população relativamente excedente que não está inserida na produção em um dado momento. O mercado de trabalho se vê pressionado, e com ele a massa de trabalhadores empregados, que se veem em condições desfavoráveis para se defenderem da superexploração, através da negociação de melhores salários e condições de trabalho. Ao mesmo tempo, essa parcela da classe trabalhadora que se encontra empregada também pode ter sua exploração potencializada pela introdução das novas técnicas, ou seja, pode ter seu trabalho intensificado junto com o aumento da produtividade do trabalho social. Tudo isso concorre para a manutenção dessas relações de produção específicas da economia

dependente, no interior das quais a imposição de novas tecnologias joga contra as possibilidades de organização reivindicatória da classe trabalhadora pelo crescimento do exército industrial de reserva e pela superexploração do trabalho.

Encerrada a produção, a segunda etapa da circulação do capital (C2) é o momento da realização da mais-valia produzida na etapa anterior. Tendo saído da produção, o produto, agora sob a forma do capital-mercadoria, deverá ser vendido, transformado em dinheiro novamente, mas agora na qualidade de D'. Mais precisamente, é o momento da metamorfose M' - D'. Cumpre-nos analisar, portanto, dois pontos: primeiro, *o caráter da realização da mais-valia na economia capitalista dependente* e, segundo, *a maneira como essa realização reflui sobre a produção de forma contraditória* – de maneira acentuada, como diz Marini (2012).

O consumo individual na economia dependente encontra limites que podem contradizer o desenvolvimento da indústria. Isso ocorre devido à extensão da produção de bens de consumo em detrimento da produção de bens de capital, e à remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor, de modo que a realização do capital-mercadoria se vê limitada. Além da remuneração abaixo do valor da massa do operariado, a parcela da população trabalhadora vê sua remuneração também ser pressionada pela redução salarial da maioria da população. *Os limites para o ciclo do capital na economia dependente se impõem, então, pela limitação do consumo individual.*

A vinculação do capital periférico ao capital estrangeiro, do capitalismo central, conduz a uma relativa atrofia do mercado interno. Isso ocorre porque parte da mais-valia gerada não atua como meio para consumo do capitalista, mas para pagamento de juros aos investimentos indiretos. Outra parte, sim, se destina aos gastos do capitalista – assim como das classes médias a ele vinculadas. O resultado disso é uma estrutura de consumo marcada por uma distância abissal entre a burguesia e o proletariado, em que a concentração de renda permite um consumo de bens suntuários para poucos e impõe o baixo consumo para a maioria.

Assim se criam limites para indústrias associadas a uma esfera de consumo e oportunidades de desenvolvimento para outras. As que se encontram limitadas são aqueles ramos produtivos associados ao consumo das massas, que se desenvolvem com pouco dinamismo, porque a realização de sua mais-valia está limitada pelos baixos salários da classe trabalhadora. Os ramos de produção que se desenvolvem dinamicamente e rapidamente na periferia do capitalismo são aqueles que se destinam ao consumo suntuário, ou aqueles que produzem bens de

capital para este. No caso dos bens de capital, os resultados são os mesmos. Limita-se a produção destes bens para o primeiro ramo e se desenvolvem e dinamizam para o segundo.

Para Marini (2012, p. 34), “*essa limitação do mercado, além de influir sobre o aparato produtivo, tende a deslocar parte da circulação de mercadorias em direção ao mercado mundial através da exportação*”. Isso contribui para a transferência de mais-valia para o exterior, para os países centrais, porque os valores de uso que a carregam não circulam no país de origem.

Em conclusão, Marini (2012, p. 35) afirma que “é o conjunto das fases consideradas (C1 – P – C2) que nos permite entender o ciclo do capital com as características particulares que assumem na economia dependente”. O conjunto, portanto, se apresenta como uma síntese, que não poderia ser mais bem resumida que a maneira como o foi no último parágrafo do texto:

poderíamos dizer que o ciclo do capital na economia dependente se caracteriza por um conjunto de particularidades. Entre elas, o papel que joga o capital estrangeiro na primeira fase da circulação, tanto sob a forma dinheiro como sob a forma mercadoria, assim como o fato de que a produção determina transferências de mais-valia, fixa a mais-valia extraordinária e se desenvolve sobre a base da superexploração do trabalho. Esses fatos levam à concentração de capital e à monopolização precoce, ao mesmo tempo em que divorciam a estrutura de produção das necessidades de consumo das massas. A distorção na distribuição de renda que daí se origina dinamiza, na segunda fase da circulação, o setor do mercado capaz de sustentar o desenvolvimento dos ramos da produção suntuária, forçando o agravamento dessa distorção à medida que tais ramos aumentam sua produção e demandam mais mercado. Os limites com que se choca essa segunda fase da circulação, tanto pela transferência de mais-valia ao exterior como pela deformação da estrutura da renda interna, empurram-na em direção ao exterior, levando-a a buscar a realização de partes das mercadorias no mercado mundial, com o que se fecha o círculo da dependência do ciclo do capital com relação ao exterior (MARINI, 2012, p. 35).

Referências Bibliográficas

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 284 p.

MARINI, Ruy Mauro. Dialéctica de la dependencia. In: MARINI, Ruy Mauro. **América Latina, dependencia y globalización**. Buenos Aires: CLACSO, 2015. p. 107-149.

_____. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias (Org.). **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 21-35.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2014. 796 p. v. 2.

_____. **Para a crítica da economia política:** manuscrito de 1861 – 1863. Belo Horizonte, Autêntica, 2010.

SCHWARZ, Roberto . Sobre a leitura de Marx no Brasil. In: SADER, Emir et al. **Nós que amávamos tanto O Capital: leituras de Marx no Brasil** . São Paulo: Boitempo, 2017. p. 17-26.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 493 p.